

DISPUTAS EM TORNO DA SIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO PORTUÁRIO CARIOCA

Marina Alves Dutra¹

Resumo: Este trabalho busca trazer elementos que possam contribuir para o melhor entendimento dos novos processos de configuração do território portuário carioca sob as intervenções do Projeto Porto Maravilha, problematizando os embates que permeiam a violenta construção de uma "cidade espetáculo" e trazendo elementos para pensar as contradições e embates que permeiam o uso da cultura também como mercadoria.

Palavras-chave: território, cultura, Rio de Janeiro, Porto Maravilha, gentrificação.

1. O território portuário carioca: entre a "Pequena África" e o "Porto Maravilha"

Podemos situar os anos de 2014 a 2016 como um momento-chave dos embates territoriais cariocas, situados entre os megaeventos da Copa do Mundo e Olimpíadas, quando acompanhamos a intensificação dos processos pelos quais se opera a segregação socioespacial na cidade, que se inserem no debate do empreendedorismo urbano como importante elemento das transformações por que passa a dinâmica capitalista após a crise do modelo fordista-keynesiano em transição para um regime de acumulação flexível (HARVEY, 2005). As intervenções na zona portuária carioca e as remoções de inúmeras famílias de áreas de interesse à especulação imobiliária constituem uma das facetas da intervenção estatal, que promove outras tantas maneiras de criar uma urbe onde o convívio e o compartilhamento comum entre as diversas ações de classe que a compõem se tornem cada vez mais impensáveis.

Por isso os processos que envolvem as tentativas de constituição de um Rio de Janeiro homogêneo, que mascare, ou envie para lugares distantes os atores sociais que evidenciem as inerentes contradições que habitam a desigualdade da cidade capitalista, não são fenômenos novos. Nos primórdios da República, os empenhos de apagar da sociedade carioca as marcas do recente passado escravista e, principalmente, de impedir a perpetuação, na dinâmica social, das formas de vida consideradas “bárbaras”

¹ Historiadora pela UFF e mestra pelo programa de Cultura e Territorialidades, também da UFF, na linha Mediações, saberes locais e práticas sociais. mdutra86@yahoo.com.br

perpetradas pelas mulheres e homens que faziam do seu dia-a-dia nos espaços públicos o oposto do ideal burguês de trabalho, família e propriedade, já eram constantes. Nos dias atuais, compondo as prerrogativas da cidade neoliberal, uma governança empreendedora, que vendo o lugar da cidade como mercadoria em si, a ser explorada, promove processos de remoção e remodelação com vistas à expansão do capital. A cada diferente temporalidade, as alianças e negociações em torno da construção de hegemonia nos territórios serão distintas, bem como serão também peculiares as ferramentas discursivas, as motivações específicas e os atores sociais envolvidos. Porém, perdura uma incapacidade, apesar de todas as tentativas, de fazer existir uma cidade unidimensional, em que tenham espaço de elaboração apenas os sujeitos da classe dominante, ou os governantes a seu serviço.

As mais diversas formas de existência dos sujeitos e de elaboração dos territórios das cidades são elementos inerentes à dinâmica social contraditória que compõem o fazer urbano. Isso se dá não somente porque os sujeitos são subjetivamente distintos entre si, mas também porque eles operam a realidade de lugares diferentes de construção objetiva de suas vidas: a constituição da sociedade em classes sociais é o principal elemento dessa determinação, porém, há inúmeros outros elementos, que envolvem entendimentos de gênero e raciais, que constituem objetiva e subjetivamente os sujeitos, as opressões que sofrem e os elementos de confrontação e negociação na disputa pela intervenção na realidade. A urbe ocidental, como intenção de planejamento, é, pois, a materialização espacial da concepção histórica que imprime ao contraditório e conflituoso processo da vida em sociedade uma faceta ilusoriamente linear. Os diferentes modos de ‘usar’ a cidade, porém, resistem ao “sistema sincrônico” e a eterna contradição inerente aos modos humanos de viver irrompe nos modos de caminhar e viver esse espaço, tecendo-o em lugares: apropriando-o, realizando-o e fazendo relacionar diferentes modos de concebê-la.

Trata-se, portanto de formas contraditórias de elaborar cotidianamente o espaço da cidade, que jamais possuirá uma essência única e estática, não sendo apenas unidade geográfica neutra. O território é o elemento que carrega toda a dinâmica social para além de sua simples materialidade socialmente construída: "é uma construção histórica e,

portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico." (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 42)

No território em que observamos a materialização das novas práticas do empreendedorismo urbano, há ainda o fenômeno da espetacularização urbana, que Paola Berenstein Jacques associa “a uma diminuição tanto da participação cidadã, quanto da própria experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística no mundo contemporâneo”. Também apontada e discutida por Márcio Piñon de Oliveira, a espetacularização está ligada ao processo de mercantilização das cidades, que passam a ser administradas com vistas a disputar investimentos no mercado mundial e, para isso, é promovida uma série de intervenções urbanas no sentido de enquadrá-las aos moldes considerados propícios e estáveis à aplicação de capital. (JACQUES, 2007, p. 94) No intuito de promover a “marca urbana” as cidades são alvo de intervenções públicas que visam lhes conferir o caráter de uma pretensa ordem idealizada em moldes tornados estáticos, lhes extirpando as marcas de suas contradições sociais. Nesse momento, observado mundialmente a partir da década de 70, a governança urbana assume uma função empreendedora e as cidades, um papel de marcas a disputarem financiamento no cenário internacional. Para tal, são constantemente cometidos atentados contra os poucos elementos de cidadania garantidos às classes trabalhadoras.

Hoje, em 2016, no momento-chave, situado entre os megaeventos da Copa do Mundo e Olimpíadas, por que passará a cidade do Rio, acompanhamos a intensificação dos processos pelos quais se opera a segregação socioespacial. As remoções de inúmeras famílias de áreas de interesse à especulação imobiliária constituem uma das facetas da intervenção estatal, que promove outras tantas maneiras de criar uma urbe onde o convívio e o compartilhamento comum entre as diversas frações de classe que a compõem se tornem cada vez mais impensáveis.

Sabemos, entretanto, que as cidades não são apenas marcas, e que o território da cidade é permeado por todas as contradições que marcam a reprodução da vida humana. As configurações espaciais materializadas fisicamente na cidade são fruto de incessantes conflitos e negociações, de coerção e consenso, desempenhados

historicamente pelas classes dominantes, num processo de construção hegemônica, posto que elas jamais representarão uma forma unívoca de compreender o território. Se o território da cidade do Rio de Janeiro vem expressando cada vez mais em suas feições as formas de subsunção do homem pelas relações de negócios, não podemos perder de vista que esse processo gera contradições e formas de resistência a esse processo e atuação na disputa por outras formas de elaboração territorial. É essencial, portanto, se atentar a essas rupturas para a confrontação do entendimento hegemônico.

Neste cenário, dentre a cidade como uma vitrine, estática e estética, e as possibilidades de ação que demonstram que a sua dinâmica tem mais possibilidades do que a vida que atende aos investimentos, encontramos disputas em torno de que cidade teremos de saldo, passada toda a euforia das transformações e dos eventos. Se o Porto Maravilha é a Zona Portuária que a prefeitura deseja, a “Pequena África” é a Zona Portuária que as lutas pela manutenção da população pobre não deixam ficar somente no passado. Embora possamos muito elaborar sobre as possíveis consequências da política de remoções, dos planos de revitalização e da construção de um território gentrificado na Zona Portuária, os embates do dia-a-dia têm produções diversas e surpreendentes sobre os atores envolvidos. O processo de elaboração territorial é carregado de sutilezas. Embora a história não elabore uma via de mão única e os interesses do capital não prevaleçam sem percalços, sabemos que as relações sociais são bastante desiguais e os sujeitos têm possibilidades distintas de intervenção sobre o processo.

Há, portanto, um cenário de resíduos e permanências da ancestralidade africana, desenvolvidos no presente por atores múltiplos, que se encontram em permanentes disputas pelo protagonismo da representação do território portuário. Isso se dá porque o aspecto cultural, que compõe historicamente aquela realidade, tem papel central no que diz respeito às práticas de mercantilização da cidade, tanto como elemento com enorme capacidade de gerar renda, através do chamado desenvolvimento econômico sustentável, pelo fomento de setores como turismo, entretenimento, moda, gastronomia...como também porque carrega os aspectos essenciais que dizem respeito à elaboração dos símbolos que constroem a apreensão coletiva dos significados de

determinado espaço. A elaboração social subjetiva de um novo entendimento urbano coletivo, no processo de requalificação operado pelo Porto Maravilha, perpassa necessariamente pela composição de um repertório cultural que conta com elementos da memória e da identidade local nas suas mais diversas formas de representação.

Não à toa, o projeto conta com diversos braços que são responsáveis pelo incentivo e promoção de eventos que promovam um “resgate” das expressões históricas locais através de atividades que exploram o potencial do patrimônio artístico e cultural da Zona Portuária. Esse movimento compõe a dinâmica de estetização das relações sociais manifestas na elaboração da cotidianidade coletiva, e que, justamente por isso, tem processos que não cabem no movimento estático da patrimonialização. Porém, como o processo de escolha entre aqueles que irão ser os agentes promotores dessas políticas muitas vezes não passa pelos atores sociais de cuja classe historicamente esteve envolvida na manutenção e renovação da cultura portuária, ocorrem constantes disputas pelo protagonismo da representação daquele território.

Na cerimônia de lançamento do Projeto Porto Maravilha, em 23 de junho de 2009, o prefeito Eduardo Paes fez discurso no qual declarou que: “Revitalizar a zona portuária do Rio é prioridade no meu governo e no do governador Sérgio Cabral. As obras que começam aqui hoje levam em consideração as questões urbanísticas e turísticas da cidade. Recuperar o centro de uma cidade é fundamental para recuperar também a sua identidade”². Embora o slogan “Somos um Rio” seja recorrentemente usado pela prefeitura como discurso unificador da sociedade carioca em torno de uma cidade de e para todos, sabemos que a exclusão e a violência direcionada à parcela mais pauperizada da população têm sido aspecto marcante dessa gestão. E sabemos também que não há e nem nunca houve um Rio de Janeiro único: como qualquer cidade capitalista, ele é atravessado por distintas realidades que dizem dos aspectos econômicos, sociais e culturais vivenciados pelas diferentes parcelas de classe que compõem o território carioca.

²Extrato da matéria “Primeira fase de obras do Porto será concluída em dois anos”, disponível em: <http://segurogarantia.net/noticia/primeira-fase-de-obras-do-porto-sera-concluida-em-dois-anos-diz-paes/#.VftJ6N9Viko>

Portanto, nunca houve uma identidade única carioca; o que sempre existiu foram constantes embates pela forma de viver e significar os territórios. E justamente a região a partir da qual Eduardo Paes propõe a recuperação da suposta identidade carioca teve importância central no processo de formação de identidade da classe trabalhadora em gestação, entre as permanências da experiência do trabalho sob o escravismo e as contradições do capitalismo em processo de elaboração. Já entendemos que não é essa a identidade que ele deseja recuperar para a cidade, como está bem demonstrado nas ações de sua governança empreendedora.

“Recuperar a identidade” da cidade, conforme suas ações, tem sido, na verdade, o empenho, com muito afínco, em forjar uma identidade única que, tal qual uma vitrine, ostente a bem-sucedida governança, através de uma Zona Portuária que recupera a relação da cidade com o mar, ocupada, de um lado, por centros de tomada de decisão do mundo financeiro e corporativo e, de outro, por atrativos culturais estruturados para receber turistas de todo o mundo. Remover as contradições da estrutura social da vista dos menos atentos, enquanto é feito uso das permanências dos conflitos socioculturais de outrora como atrativo de entretenimento complementam também o cardápio de intenções desse forjar identitário unívoco e supostamente harmonioso.

Vemos ainda se manifestarem ali muitas formas culturais residuais que trazem na resistência da herança de ancestralidade africana elementos para intervir no atual processo de tentativa de reconfiguração da Zona Portuária, mas que também podem fazer surgir elementos contraditórios quando exercidos na materialidade. Visto que o processo de gentrificação prevê o uso dos elementos tradicionais da cultura local como commodity para conferir originalidade à cidade espetacularizada, o limiar entre tradição e estetização pode ser bem tênue, através do esforço do Estado em transformar resistência cultural em produto, como poderemos observar em exemplos mais adiante.

Neil Smith já apontara que a gentrificação não é apenas uma reconfiguração espacial ou somente um processo de adequação econômica; trata-se, sobretudo de uma construção ideológica com base no real, mas com enorme capacidade de distorção dos elementos. Assim, a gentrificação opera também como um abuso cultural comparável àquele cometido contra os povos originários do oeste na expansão da fronteira

americana (SMITH, 2007). As violações cometidas no âmbito da cultura não se dão somente por ação direta das intervenções práticas na alteração da composição social dos territórios, gerando novas e distintas formas de significá-lo. Sendo a gentrificação uma construção ideológica, ela opera na elaboração distorcida de um imaginário coletivo, socialmente compartilhado, de entendimento da realidade objetiva. Desse modo, as formas de interpretar essa objetividade são atravessadas em grande medida pelas concepções construídas em torno do ideal reificado da cidade, tanto em seu presente, quanto nas interpretações do passado. A partir da construção de um senso comum que reitere cotidianamente nas práticas e representações a transformação da Zona Portuária em Porto Maravilha, a elaboração material de uma reconfiguração territorial estará sendo contraditoriamente praticada para além da atuação do poder público, a partir de uma construção hegemônica materializada.

2. Embates do tempo e do espaço pela significação territorial: um estudo de caso

Neste aspecto, grande controvérsia se deu em junho desse ano de 2015 em torno de uma peça que fez parte do Projeto Porto de Memórias. “João Alabá e a Pequena África”, espetáculo montado sob a direção de Alexei Waichenberg, quetinha estreia prevista para o dia 20 de junho no Quilombo da Pedra do Sal. Trata-se de uma trama mitológica sobre os orixás enquanto conta a daquele que, provavelmente, foi o primeiro babalorixá, ou pai-de-santo do Rio de Janeiro, João Alabá³.

O espetáculo é produzido pelo Projeto Porto de Memórias, que é um “Projeto sócio cultural, que contempla a realização de espetáculos teatrais nas ruas e praças da Zona Portuária e Centro do Rio de Janeiro.”⁴ e tem a realização do Instituto Wilson Reis Netto – uma organização sem fins lucrativos cuja sede na Estrada do Joá abriga festas e casamentos chiques e possui a seguinte descrição em sua página da internet “O Instituto Wilson Reis Netto é provedor de manifestações culturais e artísticas consagradas,

³ “Babalorixá, ou pai-de-santo, chefiando tanto a parte administrativa do terreiro como sua mística, o corpo de sacerdotes e as cerimônias, a posição de liderança de Alabá era menos comum nos cultos iorubanos no Brasil, quando os principais candomblés, principalmente na Bahia, haviam sido fundados e liderados por mulheres.” (MOURA, 1985, p. 131)

⁴ https://www.facebook.com/pages/Porto-de-Mem%C3%B3rias/469484443154162?sk=info&tab=page_info

através de experiências exclusivas e intimistas”⁵ – e da Cultural Biz, uma empresa de consultoria e treinamento. O Porto de Memórias é também patrocinado pela Light, Governo do estado Rio, Secretaria de Cultura, recebe apoio de diversas empresas, como Itambé, M.A.C., apoio institucional do Departamento de Cultura da ALERJ, Rio 450 e apoio cultural da organização “Cidades Criativas – Transformações Culturais.” Todos esses grupos ocupam o lugar que podemos chamar como sendo o da institucionalidade, agentes que, no âmbito da disputa pela representação do território portuário têm interesse na sua requalificação, explorando a estetização da memória e contribuindo para o processo de gentrificação, ao extirpar as contradições inerentes ao processo de construção da sociedade desigualdade, e que se aprofundam na dinâmica atual.

A polêmica iniciou quando a coluna de Patrícia Kogut, no Jornal O Globo, noticiou que uma atriz branca, Cristiana Ubach, iria interpretar a mãe-de-santo do terreiro de João Alabá, numa personagem de nome Mãe Wanda de Omulu.

A casa de Alabá se localizava na Pequena África, mais precisamente na Rua Barão de São Félix, 174 e representava um dos pontos mais importantes no sentido do reconhecimento e da afirmação para os negros vindos da Bahia, a partir da continuidade do culto aos orixás, essencial para a manutenção do sentido da comunidade com a coesão do grupo religioso. As chamadas tias baianas tinham, nesse processo e, consequentemente, na casa de Alabá, inquestionável centralidade:

Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, era a mãe-pequena, ou IyáKekerê, auxiliar direta do pai-de-santo, que liderava o candomblé em diversas atividades, como a prescrição dos banhos rituais às noviças e a direção das iaôs já iniciadas nas danças dos orixás. A partir de sua força junto ao santo, Tia Ciata reunia também centralidade na organização das jornadas de trabalho e na organização dos ranchos carnavalescos. (MOURA, 1985) Essa posição ocupada por ela, junto à figura de João Alabá, fez com que diversos movimentos sociais da região portuária, ligados à ancestralidade africana, não apenas identificassem que o lugar ocupado por essa figura

⁵<https://www.facebook.com/InstitutoWilsonReisNetto/info/?tab=overview>

tão importante da história fora extirpado pela figura da personagem Mãe Wanda de Omulu, como também acusassem a montagem teatral de racismo.

Estiveram envolvidos nas ações de repúdio à peça diversos coletivos vinculados à disputa pela representatividade das tradições trazidas pelo passado de experiência vinculado à experiência da classe trabalhadora portuária, como os grupos: Coletivo afro de cultura urbana, Coletivo das pretas Beatriz Nascimento, IPN, Coletivo dos fotógrafos pretos, CCIR (Comissão de combate a intolerância religiosa), Quilombo X, Quilombo pedra do Sal, Rede Rádio Mamaterra, Sos Racismo Brasil, CEAP.

Estamos tratando de um território cujos embates históricos pela elaboração material e pelas formas de usá-lo são elementos centrais para a sua atual configuração. Essas disputas e o que temos como seus resultados são substrato elementar da conformação das permanências das tradições culturais e das contradições que atravessam a realidade política e cultural que permeia a região portuária hoje. É o substrato cultural que vem sendo explorado como produto pelas iniciativas que reivindicam na chamada economia criativa um dos grandes nichos de desenvolvimento econômico do Porto Maravilha, mas é, sobretudo, substância da luta dos marginalizados do processo histórico desenvolvimentista nos cotidianos enfrentamentos. A página da Radio Mamaterra, grupo de comunicação social livre, em artigo intitulado “Artistas negras somem da paisagem do Rio de Janeiro de 2015”⁶, trata da polêmica envolvendo a peça de teatro, a partir do seguinte raciocínio inicial: *“Rolou Copa, vem aí as Olimpíadas e o “Porto Maravilha”, no Rio de Janeiro, está ficando prontinho para receber milhões de turistas de todo o mundo. As remoções das populações pretas da “PEQUENA ÁFRICA”, que aconteceram do século XX até agora, já não contam, vão cair no esquecimento.”*

Não podemos afirmar que houve intenção ativa por parte dos idealizadores do espetáculo em reescrever o passado da “Pequena África” em novos termos raciais, ou que fosse de seu interesse remover a importância de Tia Ciata da construção da história do Rio de Janeiro. Mas não se pode negar o fato de que, frente ao novo processo de

⁶ <https://mamapress.wordpress.com/tag/ato-contra-pecas-racista-joao-de-alaba-e-a-pequena-africa/>

reestruturação da configuração sócio espacial da Zona Portuária, em que assistimos a incontáveis denúncias de violações de direitos sobre a parcela mais pauperizada da população, majoritariamente negra, e igualmente incontáveis esforços no sentido de enfrentamento a esse quadro, ignorar tais processos de exclusão estabelece uma postura negligente em relação ao contexto em que estão atuando.

A peça de teatro, assim como qualquer leitura artística da realidade do passado ou do presente, tem importante lugar na elaboração do imaginário acerca do que se busca representar. Às novas gerações, aos turistas que cada vez mais têm frequentado a região, aos possíveis expectadores de “João Alabá e a Pequena África” será narrado um passado que não apenas não condiz com a realidade – embora, saibamos, a arte não deve e nem é capaz de ser cópia fiel dos acontecimentos –, mas que mascara o protagonismo negro na paisagem cultural carioca.

Os coletivos do movimento negro que reivindicam a ancestralidade como importante ferramenta de luta para enfrentar as investidas contra suas formas de organização no presente rapidamente se organizaram em torno da causa. Houve intensa mobilização na internet, principalmente através de evento do facebook⁷ criado para organizar uma manifestação para o dia 20 de junho, quando estrearia a peça. O texto de descrição do evento evidencia algumas problematizações acerca da política de desenvolvimento cultural para a Zona Portuária, e questiona a falsa democratização do acesso ao financiamento promovido pelos editais de cultura: “*Mais uma palhaçada do projeto Porto de Memórias: dinheiro de preto indo para o bolso dos brancos, em cima dos ossos dos Pretos Novos? São os brancos que ganham dinheiro dos editais de cultura!!! Chega!!!*”

Os produtores da peça acharam por bem marcar uma reunião com os grupos que, minimamente, questionavam se não haveria uma atriz negra que pudesse assumir o papel de Mãe Wanda. Porém, segundo o diretor da peça, Mãe Wanda seria uma personagem fictícia, inspirada na yalorixá de sua referência religiosa e “inspirada nos estudos que eu e minha equipe vimos fazendo para encenar importantes fatos e destacar

⁷ <https://www.facebook.com/events/853865534662910/>

importantes personalidades da história da formação da sociedade carioca...”⁸. Por isso, sua assessoria de imprensa propunha uma oportunidade para que fosse explicado o conceito do projeto àqueles que, apenas a partir de uma fotografia na imprensa, o estariam julgando. Na reunião, que aconteceu no dia 16 de junho de 2015, no Instituto Pretos Novos, pouco se avançou no sentido conciliatório, a tal ponto que representantes do Quilombo da Pedra do Sal entraram com um pedido de ação e avaliação, junto à Coordenadoria de Igualdade Racial (CEPPIR), que estava representada pela presidente Lelette Couto, para averiguar se houve racismo por parte da produção do espetáculo⁹. Segundo Marcos Romão, liderança da Radio Mamaterra,

*“a representante do projeto Porto de Memórias, além de assumir não conhecer bem a história de João de Alabá e admitir que a pesquisa havia sido insuficiente, havia nos dito que estes espetáculos têm a função de fazer um paralelo com a vida dos homenageados e a história como um todo. Sendo assim, encontramos uma grotesca contradição. Não há como homenagear a história apagando o que foi escrito e reescrevendo por cima. É essa a ideia de restaurar a história do porto? O candomblé tem história, tem tradição e isso precisa ser respeitado. Para nós, é muito claro porque não cabe na produção dele, atores negr@s, pelo mesmo motivo em que ele discorre sobre o branqueamento temporal. Vale lembrar também que o candomblé é matriarcal, e para nós negros e aos praticantes da religião é ofensivo ser colocado nessa peça uma mãe de santo que não possui conhecimento, uma vez que Alabá é quem dá a linha do desenrolar da trama. Isto é desrespeitar também a mulher e os múltiplos saberes, e não faz com que a cultura negra prevaleça. Antes, retrata uma visão machista, preconceituosa e discriminatória dos que lá estavam para tentar se justificarem.”*¹⁰

Se havia interesse em, a partir de estudo feito pela equipe, destacar personagens históricos importantes para a formação da sociedade carioca, esse intuito acabou por ser mal sucedido. O pouco conhecimento sobre o tema, admitido pela coordenadora do projeto, resultou em uma deturpação da construção histórica da luta empenhada pelas frações de classe que mais sofreram com a marginalização social em nome dos séculos de construção do Rio de Janeiro “desenvolvido”. A negligência com a importante figura

⁸ <https://mamapress.wordpress.com/tag/ato-contra-peca-racista-joao-de-alaba-e-a-pequena-africa/>

⁹ <https://mamapress.wordpress.com/2015/06/17/denegrir-nao-e-ofensa-queremos-denegrir-esta-peca-joao-alaba-e-a-pequena-africa/>

¹⁰ <https://www.facebook.com/events/853865534662910/permalink/858246834224780/>

da Tia Ciata contribui com o processo de subordinação na medida em que retira da representação histórica o protagonismo dos agentes que empreenderam significativas rupturas na linearidade ideológica da concepção “civilizatória”.

Vemos, de um lado do conflito, produtores culturais que, em certa medida, se empenham na tarefa de empreender uma intervenção artística de resgate da cultura popular da Zona Portuária. As décadas de pouquíssimo investimento público no incremento cultural da região, em contraposição à recente injeção de recursos em editais de cultura para a área, têm motivado muitas iniciativas com o intuito de promover um resgate histórico das vivências culturais que elaboraram o território. Entretanto, sob o recente processo de espetacularização urbana, tais iniciativas, se não voltarem a atenção para a complexidade das formas de subsunção operadas no plano material e subjetivo, poderão reforçar os processos de exclusão e silenciamento sobre os sujeitos que se busca representar.

Na outra face do embate, aqueles que se reivindicam como os herdeiros da cultura quilombola utilizam de toda a sua capacidade de articulação para impedir que o uso da memória fetichizada de sua própria história se transforme em instrumento de dominação. A atuação contra a objetificação de seu passado, transformado em produto da cultura gentrificada, que, negociando com as heranças africanas, propõe uma forma distorcida de interpretação das lutas passadas, é defendida como uma batalha contra o genocídio cultural do povo negro. Trata-se de um embate pelo reconhecimento do protagonismo histórico das culturas de herança africana e, principalmente, pelo protagonismo nas possibilidades de intervir na elaboração do presente e propor as interpretações de seu próprio passado. As batalhas pela memória são batalhas pela construção do entendimento compartilhado socialmente do passado em comum de uma comunidade.

A estreia do espetáculo “João Alabá e a Pequena África” foi adiado para que a produção avaliasse as questões levantadas e propusesse uma solução para o problema. A peça acabou estreando, de fato, no dia 4 de julho, no Centro Cultural Light. A personagem da Mãe Wanda de Omulu foi retirada e, em seu lugar, entrou a Mãe Christiana de Omulu, interpretada pela atriz negra Kenya Costa.

O “Ato em honra da Pequena África” previsto se manteve com novo caráter de honrar aos ancestrais africanos e afirmar a luta do povo negro no passado e no presente.

3. Considerações finais

Estivemos apontando que o lugar ocupado pela “Pequena África” no Projeto Porto Maravilha pode exercer o papel e, muitas vezes, tem sido o de incremento dos atrativos turísticos da Zona Portuária. Vimos como iniciativas submetidas ao Porto Maravilha Cultural correm o risco de colaborar com formas objetivas e simbólicas de exclusão dos moradores tradicionais da região portuária. Uma política cultural cuja maior expressão democrática se dê pela possibilidade de todas as pessoas físicas poderem concorrer aos editais está bastante distante da real democratização do acesso aos recursos.

Não estamos defendendo aqui que tratemos a cultura como um elemento estático, cujos usos e expressões possam somente se elaborar por aqueles que possuam ligações hereditárias com uma suposta pedra fundamental de seu estabelecimento na sociedade. Contudo, como estamos tratando de um processo político muitíssimo delicado, que traz como consequência o real deslocamento de milhares de famílias, achamos importante observar de que maneira as formas culturais podem ser, ao mesmo tempo, elemento de resistência ou de afirmação ao processo de espetacularização em curso. O que se está afirmando é que a cultura, embora muitos artistas gostem de acreditar que se encontram em uma esfera deslocada das materialidades mundanas, não é um elemento neutro, mas sim, parte constitutiva da realidade material tão importante para as determinações objetivas quanto as demais esferas política e econômica.

No contexto em que as menores participações cidadãs são ameaçadas dependendo do lugar de fala de quem as deseje praticar, não basta apenas o aspecto da possibilidade de acesso público para que uma atividade cultural contribua para uma elaboração territorial democrática. No cenário de disputa objetiva pela possibilidade de manutenção da moradia das frações de classe mais pauperizadas da região e das suas possíveis formas de intervenção sobre o que será feito daquele território, isso não tem passado despercebido. Há, portanto, conflitos que perpassam o seio da sociedade civil e

dos grupos organizados em torno do debate da cultura e da apropriação do território portuário.

Existe, assim, um limiar entre as práticas culturais que podem, de fato, provocar rupturas ao sentido esmagador das iniciativas empreendedoras e as iniciativas que podem, mesmo sem essa intenção, reforçar a transformação dos elementos históricos de resistência em commodities. Enquanto os atores sociais acreditarem que atuar apenas nas brechas oferecidas pelo novo momento de atuação do poder público é o suficiente para a garantia de uma configuração territorial democrática, novos processos de exclusão continuarão acontecendo. Mas pudemos bem observar que, apesar da correlação de forças desigual, não existem sujeitos passivos, que se deixam levar pelos ventos das transformações históricas operadas pela hegemonia do capital; o cenário está em aberto e as disputas estão colocadas.

O que se tentou neste trabalho foi enriquecer a discussão sobre como a cultura local pode constar no centro da organização e resistência de agentes locais da classe trabalhadora em seus modos de resistir à lógica hegemônica do capital. Porém, buscamos também atentar que esses mesmos elementos podem, no empreendedorismo urbano, ser utilizados como, não só mais uma mercadoria, mas como uma *commodity* essencial às investidas do atual momento de expansão capitalista. O samba, o jongo, os ranchos carnavalescos, a capoeira, o candomblé, a umbanda, o carajé, o abará, o caruru, a feijoada, a figura da baiana, João da Baiana, Tia Ciata, Heitor dos Prazeres, Pixinguinha, João Alabá... Da mesma herança do trabalho compulsório trazido de além mar, que se tentou durante décadas extirpar da dinâmica social carioca, se extraem os bens e valores culturais que, despidos das contradições trazidas por seus agentes históricos, são de grande valia para a conformação estética da suposta revitalização.

Como outrora nos legou Walter Benjamin, é tarefa do pesquisador escovar o contrapelo da História, trazendo à superfície os sujeitos e processos que a prática desigual da ideologia do progresso e as suas conseqüentes interpretações tendem a encobrir e silenciar por debaixo da ideologia dominante. Esperamos, portanto, que o esforço empreendido tenha ajudado a complexificar a compreensão do tema poder e enriquecer as formas de enfrentamento da realidade desigual.

4. Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

_____. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução**. Seminário “Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República.” RJ, 1984.

COMITÊ POPULAR COPA RIO E OLIMPÍADAS. **Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Maio de 2013. Disponível em: http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf acessado em 6 de fevereiro de 2014, às 23:50.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. “O território em tempos de globalização”. **Etc, espaço, tempo e crítica**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol. 1.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.
_____. **Condição Pós-moderna**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. “Corpografias Urbanas: o corpo enquanto resistência”. In: **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, ano 5, nº especial. Salvador: 2007. p. 97-103.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. “O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania”. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios; ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2011.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

SMITH, Neil. “Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano”. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 21, pp. 15 - 31, 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo_Neil.pdf Acessado em 15/08/15, às 18:40.

XAVIER, Priscilla Oliveira. **Do Porto ao Porto Maravilha: considerações sobre os discursos que (re)criam a cidade**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.